

22 SET 1983

**Jornal de Brasília**

*Congresso Nacional*

# Uequed acusa governo de fraudar lista de presença em votação

A mesa diretora do Congresso Nacional vai apurar as denúncias feitas ontem, da tribuna e em nome da liderança do PMDB, pelo deputado Jorge Uequed (RS), que acusou a liderança de governo de sustentar uma questão de ordem com base numa lista de presença fraudada para evitar que o Decreto-lei 2.024 fosse rejeitado na última quarta-feira.

Todas as notas taquigráficas, contendo as irregularidades apresentadas por Uequed serão urgentemente encaminhadas ao presidente do Congresso, senador Nilo Coelho, que deverá abrir um inquérito para averiguar a veracidade do que foi denunciado.

Segundo Uequed, o líder do PDS, senador Aluísio Chaves, ao levantar questão de ordem, durante a votação do 2.024, alegando que a lista de presença acusava, apenas, os nomes de 30 senadores não falou a verdade, pois no Senado estavam presentes 42 senadores. Mas, conforme o parlamentar, a lista foi manipulada para favorecer questão de ordem do PDS.

Da tribuna, Uequed citou os nomes dos senadores que não se encontravam na lista de presença, cujos nomes foram omitidos para favorecer a tese do partido do governo. Por outro lado, o senador Luis Cavalcanti (PDS-AL) confirmou que juntamente com o senador João Calmon, permaneceu no Congresso.

Os outros senadores, que de acordo com as apurações de Uequed, estavam presentes são os seguintes senadores do PDS: Almir Pinto (CE); Virgílio

Távora (CE); Roberto Campos (MT); Eunice Michiles (AM); Luís Viana (BA); José Sarney (MA); João Calmon (ES); Amaral Peixoto (RJ); Otávio Cardoso (RS) e Marcondes Gadelha (PB).

Uequed explicou que colheu essas informações, junto à Secretaria de Atas, e que os senadores, dados como ausentes, estavam, no momento da votação do 2.024, trabalhando na Comissão de Relações Exteriores e na CPI das Polonetas.

Revoltado, o parlamentar exigiu que a fraude, cujo o autor não sabe identificar, tem que ser apurada, uma vez que do contrário o Congresso não terá condições morais para investigar, nas CPIs, os casos de corrupção. "É um ilícito penal. Aguardo que a mesa puna para que o Congresso não fique maculado".

Por sua vez, o vice-presidente da Câmara, deputado Walber Guimarães, mostrou-se estarecido com o fato e condenou a prática de fraude. O líder do PT, Aírton Soares foi mais longe. Caracterizou o episódio, como sendo ato preparatório planejado. Segundo Soares, o primeiro a ser indicado é o executor, senador Aluísio Chaves, que queria impedir a votação do 2.024.

Na defesa da liderança do PDS, o vice-líder Djalma Bessa tentou convencer que não houve nenhuma manipulação prévia, mas os parlamentares de oposição não acreditaram e responderam com risos irônicos. Segundo Bessa, o problema não é do PDS e sim da presidência do Congresso.